

O previsto aconteceu. Depois de tanto descaso do poder público, que com absoluta desfaçatez reduziu as verbas orçamentárias para a Educação, depois de uma greve de professores que durou 79 dias em um semestre letivo que a lei manda ser, no mínimo, de 90 dias, o principal Estado da Federação, o que possui o maior potencial de recursos, formalizou a falência de seu ensino público. O Conselho Estadual de Educação, a pedido da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, decidiu aprovar por decreto os alunos concluintes do segundo grau, mesmo que não tenham cumprido a carga horária obrigatória de algumas disciplinas. A desculpa oficial é "não atrapalhar" as formaturas, enquanto os motivos reais passam tanto pela prolongada greve dos docentes como pela inexistência de professores interessados em ministrar disciplinas específicas das últimas séries do segundo grau.

Esta decisão de avaliar conhecimento por decreto é a mais perfeita síntese de um ano escolar que ficará na história da Educação de São Paulo. Em 1988, a escola pública paulista foi vítima do que se poderia

chamar de dois tipos de irresponsabilidade: a quantitativa e a qualitativa. A qualitativa ficou por conta de mestres, que se autodispensaram de suas funções didáticas, mesmo sabendo que reposições de aulas acabam acontecendo "apenas formalmente", como foi apontado muitas vezes por técnicos educacionais experientes; as quantitativas devem ser creditadas a quem paga a um professor no primeiro passo da carreira, por uma jornada de trabalho diária de oito horas a inacreditável quantia mensal de US\$ 181, no câmbio oficial, em um país em que o salário mínimo para todo trabalhador já é de US\$ 113,6...

É preciso que se reconheça o principal motivo pelo qual, na primeira semana de novembro, o secretário da Educação, professor Wagner Rossi, oficialmente apontava que São Paulo precisava de pelo menos mais 17 mil professores, e de oito mil novas salas de aula. Para uma clientela escolar que cresce à média de pelo menos 300 mil novas matriculas/ano, a administração Quéricia, como garantiu o secretário da Fazenda José Campos Machado, precisava "fazer opções" orçamentárias

—e ele as fez, reduzindo por exemplo, entre outros cortes na área, a verba destinada ao primeiro grau de 17,8% para 14,7% na primeira oportunidade em que a atual administração foi "dona" de seus gastos. Para os interessados cumpre informar que a fatia orçamentária para o próximo ano em nada será mais atraente.

O resultado da opção orçamentária é o valor do salário real pago ao professor da rede oficial de ensino do Estado de São Paulo. Merece registro que as disciplinas que forçaram o Conselho Estadual à aprovação por decreto são exatamente as que possibilitam a mais rápida alternativa de profissionalização fora do magistério ao professor. Quem pode culpar este educador que no duelo entre a vocação e a sobrevivência escolheu a segunda, procurando um emprego que lhe garanta pelo menos um teto de três salários mínimos? A autodefesa é legítima, embora a opção deste docente tenha feito uma vítima preferencial: o aluno da escola pública.

É preciso ver com atenção o dado da Fuvest, fundação in-

cumbida do vestibular da USP: 62% dos ingressantes na USP têm origem no ensino particular, para um índice de 24% apenas para o ensino público oficial. A estatística ainda não está disponível, mas seria fácil concluir que nas carreiras que exigem um maior conhecimento este índice médio deve recuar bastante em relação ao aluno proveniente da escola pública.

Não há dúvidas de que a aprovação por decreto é a oficialização deste ciclo perverso, em que o, que primeiro se destruiu foi a essência do conceito de educação pública, gratuita e obrigatória, que é oferecer igualdade de oportunidades a todos. Esta é a base da ordem democrática. Aprovar por decreto pela inexistência de professores é oficializar a discriminação: a escola é para todos, é de verdade gratuita, mas a Educação oferecida é aleijada, faltam-lhe pedaços, mas oficialmente ela está completa. Pena que depois o vestibular se incumba de cobrar o preço da realidade, jogando fora a mentira oficial embutida no diploma da escola pública de São Paulo!